

Resenha

Mulheres no Brasil Colonial e a Presidência da República

Rildson Alves Santos¹

Neste início de 2013, depois das últimas eleições presidenciais em 2010 na qual se sagrou vencedora a economista e ex-guerrilheira da *Vanguarda Armada Revolucionária Palmares* (VAR-Palmares) Dilma Rousseff, o Brasil experimenta, quem sabe, pela primeira vez, uma condição de destaque no cenário mundial. Política e economicamente falando se pode dizer que se trata de um momento inédito, sobretudo, pelos avanços na política externa que conferem ao país status de potência emergente. Depois da abertura política implementada nos últimos vinte anos, e a despeito dos ajustes internos ainda necessários, é possível aceitar que o Brasil já não se encontra sob alerta junto à comunidade mundial. A chegada de uma mulher na presidência da República por si só, já significa uma ruptura com os moldes tradicionais de se fazer política. Porém nada disso teria relevância maior caso o histórico brasileiro não demonstrasse, pelo conservadorismo evidente das suas fases, uma verdadeira ruptura, ao menos de gênero, das suas bases ideológicas.

O fato de se ter na presidência do País, pela primeira vez, uma mulher, mostra que a sociedade está amadurecendo. Necessário é se ter claro que nem sempre foi dessa forma, ou seja, a condição da mulher na sociedade brasileira, desde o período colonial não exigiu de cada uma delas nada menos do que uma profunda capacidade de superação e constantes ajustes junto a uma sociedade machista e comportamentalmente estagnada; uma vez que, em relação à sua condição na sociedade, não foram, senão, relegadas a segundo plano, fato que pode ser fartamente verificado não só pela observação das lutas contemporâneas que empreendem em busca das suas conquistas, como também na própria historiografia especializada na análise do passado primordial da Nação.

É inequívoco que se trata de um momento histórico, tanto para as mulheres, uma vez que na sua superação dentro de uma sociedade extremamente discriminadora podem ser agora representadas por uma igual na presidência; quanto para o próprio país, que rompe com o estigma *feminofóbico* o qual perpetuava seus resíduos até os dias recentes. Para que tal marca não se perca entre as aclamações desta tão importante ruptura e nos altos índices de aprovação experimentados por essa administração (em torno de 62%, segundo o CNI/Ibope, de 09/12), seria de grande utilidade revisitar as trajetórias das mulheres desde os tempos coloniais e verificar o quão desafiador era viver sua feminilidade em uma sociedade esculpida sob as ferramentas institucionais cujo braço forte se apresentava na figura da sacra religião católica – reduto masculino por tradição – endossada por uma monarquia que se embasava no controle e exploração dos seus súditos nos trópicos. Importante deixar claro que o que ora se testifica não faz referência aos teores positivo ou negativo dessa condução junto ao Executivo, e sim ao fato de a trajetória da mulher desde o período colonial culminar com a ascensão de uma delas ao poder em um país marcadamente masculino quanto às atribuições de valores.

Diante disso, indispensável se faz a revisitação da notória obra da historiadora Mary Del Priore, *Mulheres no Brasil colonial* (Del PRIORE, Mary. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo, Contexto, 2000), a qual revela, tanto a psicologia usada por este contingente da população para preservar o mínimo de sustentação das relações, quanto o espírito de liderança e de empreendimento nas

1 ▪ Graduado em História pela Universidade São Marcos – SP
▪ Graduando em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP
▪ Especialista em Filosofia e Ensino de Filosofia pelo CEUCLAR
▪ Especialista em História, Arte e Cultura pela UEPG
▪ Professor da Rede Pública do Estado de Santa Catarina
▪ rildson.santos@usp.br

suas conquistas. A obra, portanto, diante da atual configuração política e histórica, se revigora e se reapresenta como um memorial àquelas que anonimamente ou não, tanto contribuíram para que hoje se vivencie essa inédita oportunidade referida.

Em *Mulheres no Brasil colonial* a autora retrata diversos aspectos da estrutura sociocultural brasileira no âmbito do universo feminino desse período. Percorre as diversas modalidades de convenções sociais que caracterizam a predominância do poder patriarcal, ou marital, respaldado pela Igreja e pela Coroa. E demonstra com exemplos contundentes as respostas dadas pelo então chamado “sexo frágil” a esse tipo de imposição, a qual sempre que possível, era ludibriada, aberta ou dissimuladamente, em favor de atitudes ideologicamente contrárias, como por exemplo, no caso das moças de classe menos abastada, a dissolução sexual caracterizada na sua forma de ganhar a vida, quando em alguns casos, se constituía em uma forma de ascensão social, angariando favores e proteção do senhor da cercania. Em muitos casos tal moça se tornava proprietária de boa parte dos bens do seu protetor após a sua morte. Outro exemplo de distorção da ordem implementada dizia respeito ao verdadeiro poder exercido no seio de determinada família que se configurava plenamente matriarcal – quer pela maior aptidão revelada por algumas mulheres na administração dos negócios, quer pelo equilíbrio psicológico estruturado em torno de si, solidificado pelas respostas positivas no convívio, o que conferia ao lar um porto seguro entre as rudezas daquele cotidiano – na prática, enquanto permanecia, nas aparências, submetido ao marido.

Dessa forma, o livro propõe uma visão diferenciada na qual podem ser encontradas explicações sobre as diversas situações enfrentadas pela mulher, e que escapariam a olhares menos atentos ao longo da construção do ideário nacional. A obra, entretanto, reaviva a importância da efetiva atuação do elemento feminino dentro do contexto colonial, participando de empreitadas inóspitas sertão a dentro, astuciosas resistências frente aos eventuais combates, e mesmo liderando núcleos comunitários nos confins esquecidos; como também lutando para exercer sua sexualidade – a despeito das forças eclesiásticas repressoras que viam nisso a dissolução dos costumes e da moralidade – muitas vezes, a transformando em elemento subversivo contra a ordem imposta. Formalmente, o sistema patriarcal, predominante na colônia, via a mulher como indivíduo submisso e inferior, mas na prática, segundo a autora, não passava de aparências, pois, tanto no âmbito familiar, quanto no universo que implicava a subsistência, a mulher soube muito bem delimitar seu espaço de domínio formando redes de influências que culminavam em importante poder pessoal, o qual, em determinadas circunstâncias, não deixava de proporcionar certa comodidade ao marido.

O paradoxo apresentado induz a uma nova concepção de mentalidade cotidiana bem mais centrada no pragmatismo do que, como se pensa, na obediência civil e religiosa a todo custo. Desse raciocínio desenvolve-se a noção de duplicidade ideológica com a qual se convivia e ao mesmo tempo se evitava constantemente, mas que, sobretudo, e apesar disso, se cristalizava em um ideário astucioso que acaba chegando até os dias de hoje sob forma de “jeitinhos”, “malandragens” e “espertezas”, uma vez que em muitos casos, a convivência masculina a esses “progressos” da mulher na sociedade de então, era de certa forma concreta, fenômeno que se reflete no tipo indolente, escondido atrás do tipo “machão”, do homem brasileiro atual.

Dentro desse foco, o livro oferece questões para que nelas se construam novos espectros sobre a obscurecida personalidade em questão, cujas lutas obstinadas, os desdobramentos mentais em constante adaptação e a pura condição da sua feminilidade, reivindicam na história o seu lugar de direito. Saber como viviam, ou o que faziam, ou de que maneira reagiam às coerções das autoridades (marital, eclesiástica e institucional) é imprescindível para esse resgate, e a autora oferece condições para a construção desse pensamento nas diferentes fases da colônia. Essa condição básica da mulher, conforme se verifica, como analfabeta, independentemente de sua classe, subordinada juridicamente aos homens e politicamente inexistente a colocava entre as mais baixas esferas sociais, fatores que findavam por tirar a luz da sua evidência histórica.

Del Priore, portanto, propõe ratificar o esforço empregado pelas mulheres no Brasil colonial – as quais, segundo a autora, se empenhavam em extrair de um ambiente, de certa forma, “estéril”, uma existência com maiores significados – trazendo a tona parte da história obscurecida das ancestrais de

todos os brasileiros. Assim o faz de forma a lançar nova luz sobre a questão da mulher colonial que não se refletiria nas da atualidade com sua obstinação construtiva caso não herdassem tal essência das suas antecessoras históricas. A autora deixa transparecer certo fervor na construção dos seus argumentos, porém com o cuidado de não cair em uma militância cegamente apaixonada, antes se fundamenta em farta documentação histórica que satisfaz as exigências do que sugere. Com isso, indica as etapas percorridas durante a montagem da obra, na qual estampa com clareza, esta, dentre as faces ocultadas desse singular período da história. Não se furta, por conseguinte, de lançar mão de nomes como Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. para melhor embasar suas colocações.

Rompendo com as prejudicadas noções que se tem hoje em dia dos infundidos pudores processados como prática perene no seio da sociedade colonial, Mary Del Priore ofusca com convincente argumentação esse equívoco histórico quando demonstra, por exemplo, a questão da prostituição que, segundo ela, em muitos casos, podia ser considerada de certa utilidade como instrumento arrefecedor dos ânimos masculinos, dessa forma evitando a desintegração do lar por incompatibilidades com a esposa legal, quando era o caso de esta ser “fria e insulsa”. Por outro lado, a realidade crua da colônia que se caracterizara na hipocrisia dos costumes, se estruturava sobre todo tipo de exploração. E não foi diferente, conforme a obra mostra, com a exploração sexual dos corpos sensuais das negras escravas pelos donos e donas que não deixavam de lucrar com a demanda.

A prostituição, então, surgia sob diversas formas e modalidades, segundo as necessidades que se estampavam: o uso ideológico da prostituição, quando negras astuciosas transformavam esse, no método através do qual comprariam a liberdade; ou puramente para poder matar a fome, tirando dela o simples sustento; também negras se entregavam às luxúrias dos seus senhores tão somente para gozarem de algum benefício na esgotante lida diária a que estavam submetidas; ou apenas por puro prazer que lhes amenizasse as agonias impostas pela servidão.

Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, assegura com solidez os mais variados papéis e funções da mulher na sociedade brasileira. Questões como a submissão sexual das escravas negras, a importância das mulheres indígenas na formação dos primeiros núcleos de povoamento, forneceram importante clareza na compreensão dessa influência esquecida. As fontes documentais apresentadas por Freyre corroboram, tanto a participação direta da mulher no processo histórico colonial, quanto a negligência com que se tem tratado o tema até então. O autor pernambucano mostra, e é bom que se ratifique aqui junto à Mary Del Priore, a sexualidade como – ao contrário do que se costuma pensar sobre tais práticas na época da colônia – algo menos conflituoso e mais naturalmente efusivo, a ponto de, tanto Freyre, quanto Caio Prado Jr. concordarem em reconhecer naquelas mulheres o uso desmedido e licencioso da sexualidade a despeito do discurso moralizador, exercido pela Metrópole, sobre a questão dos corpos, a pretexto da cristianização e difusão da fé católica para a formação de uma população estável que servisse aos interesses mercantilistas que ora se consolidavam por essas águas.

A intenção, portanto, de regulamentação do uso do corpo, era a de incentivando a multiplicação da família estável, consolidar os ideais católicos para assegurar a posse da terra pela Coroa portuguesa, garantindo bases de exploração e consumo às companhias mercantilistas, parceiras da Metrópole. Tal atuação correspondia à tentativa de recuperação do mercado perdido na Europa para os reformadores protestantes que se fortaleciam e passavam a competir com as potências ibéricas. Daí a necessidade de criar uma representação da mulher que estivesse ligada à ideia de virtuosidade, docilidade e submissão para lograr a captura dos interesses masculinos, atraídos pelas escusas sacerdotais que propagavam a noção do ideal imaculado da Virgem Maria em contraposição ao de Eva, a luxuriosa.

Apesar dessa pretensão, nesse momento, era tolerado o uso da prostituição como válvula de escape para os homens impetuosos que ao mesmo tempo usavam respeitar os estatutos da Igreja para a consolidação da família e manutenção da vida colonial, e refestelar nas concupiscências dos bordéis. Assim aparecem as facetas femininas sob vários aspectos, dentro e fora do meretrício, conforme assegura Del Priore. Talvez em muitos casos, se rivalizando com homens, quando assumiam suas empreitadas pelos sertões na prática da exploração comercial em lombos de mulas, por exemplo. Por outro lado, contrapondo-se a estes, sob o ponto de vista das rebeliões, Cleide Maria Bocado Cerdeira em *Os primórdios da inserção sociocultural da mulher brasileira*, minimiza as atitudes de confronto

ideológico assumidas por mulheres obstinadas, porém concorda com a política de submissão imposta pela sociedade colonial aceita sem ressalvas por elas.

Em *Mulheres no Brasil colonial*, portanto, encontram-se os registros das atividades obscurecidas pelo ideário de uma cultura machista na origem, mas menos rígida nos meandros do cotidiano no qual as mulheres teciam, entre o sacro e o profano, entre a decência e a licenciosidade, sua formas de subsistir a uma atmosfera causticante e tendenciosa, sob o peso de uma hierarquia mercantil que visava apenas reforçar o estabelecimento e a exploração nas terras coloniais, e que para isso, necessitava estar à frente de uma ideologia que apelava aos ânimos da moralidade exacerbada para, talvez, não perder de vista a filiação com a Coroa que se legitimava ao mundo, velho e novo, em nome de Cristo. A mulher, então, nesse período, embora longe dos holofotes da história, representou em muitos casos, para Mary Del Priore, nada menos do que o alicerce da escalada colonizadora em terras abaixo do Equador.

Agora, na atualidade, depois de a Nação contar com a primeira mulher na sua liderança, resta à sociedade atentar para essa escalada de conquistas que levou nada menos do que 500 anos, e refletir sobre valores e escolhas, sobre o que ou quem se apresenta como pretense receptáculo da confiança e mesmo da fé de um povo, para se poder pleitear avanços concretos no campo da igualdade de direitos, e, daí, partir para uma mentalidade mais dinâmica e positiva a qual prestará grandiosos, verdadeiros e legítimos serviços ao país. Não que tal fato só se dê sob a batuta de uma mulher, mas que a natureza dessa transformação, conduza à percepção de que as mudanças devem ser constantes e levar em conta a possibilidade de se mudar o que aparentemente se assenta em solo estável. E aqui cabe uma bela frase de Karl Marx: *tudo o que é sólido desmancha no ar*. Que a reconstrução permanente seja o empenho de todos.

Referências bibliográficas

- CERDEIRA, C. M. B. Os primórdios da inserção sociocultural da mulher brasileira. FFLCH-USP. Tese, sd.
Del PRIORE, Mary. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo, Contexto, 2000.
FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. SP: Global Ed. 46ed. 2006.
MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista - 1848*
PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*. SP: Brasiliense, 23ed. 1994.

São Paulo, 2013